

# "SOCIOLOGIA UMA CIÊNCIA INCÔMODA: ENTRE TRAJETÓRIAS, SABERES E INCERTEZAS"

## "SOCIOLOGY AN UNCOMMODING SCIENCE: BETWEEN TRAJECTORIES, KNOWLEDGE AND UNCERTAINTIES"

*Karin Santana Santos*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa esboçar a trajetória histórica da Sociologia no Brasil, indicando o porquê esta é considerada uma ciência incômoda. O pressuposto central é tal incômodo reside no fato da Sociologia ter em seu núcleo a reflexividade e a criticidade que, são elementos cruciais no desenvolvimento de uma ação potencial, racional, fomentando assim, epistemologicamente um processo de desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais, algo que em uma sociedade conservadora é visto como uma ameaça à manutenção da ordem e a vigência do *ethos* dominante. Além do exposto, buscar-se-á tecer considerações sobre a Sociologia na atual conjuntura, evidenciando que esta vivencia um período de ataques, e investidas que podem representar à iminência de mais um período de intermitência/ausência, o que demonstra que, pela frente há um futuro incerto, cheio de percalços e meandros.

**Palavras-chave:** Ciência incômoda, Desnaturalização, Estranhamento, Sociologia.

**Abstract:** This article aims to outline the historical trajectory of Sociology in Brazil, indicating why it is considered an uncomfortable science. The central assumption is that this discomfort lies in the fact that Sociology has reflexivity and criticality at its core, which are crucial elements in the development of a potential, rational action, thus promoting, epistemologically, a process of denaturalization and strangeness of social phenomena, something that in a conservative society it is seen as a threat to the maintenance of order and the dominant ethos. In addition to the above, we will seek to make considerations about Sociology at the current juncture, showing that it experiences a period of attacks, and attacks that may represent the imminence of another period of intermittency / absence, showing that there is a future ahead uncertain, full of mishaps and intricacies.

**Keywords:** Uncomfortable Science, Denaturalization, Strangeness, Sociology

### INTRODUÇÃO.

Este artigo busca delinear os caminhos percorridos pela Sociologia no Brasil até que ela chegasse a ser uma ciência implementada nos currículos escolares do sistema

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) Bolsista CAPES. Email: pro-karin@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3871-6322>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14esp.p101-116>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

de ensino brasileiro. Trata-se de uma trajetória em que, ela mais esteve ausente do que presente, já que, é apenas com intermédio da lei 11.684 que ela torna-se disciplina obrigatória no ano de 2008. Vale ressaltar que tal fato não significa a plena consolidação da Sociologia como uma ciência, mas sim, o indicativo de que ela é uma “ciência em construção” que luta, bravamente, dia a dia por espaço e legitimidade, pontos essenciais para manter-se operante.

Mesmo com períodos de intermitência e até mesmo de ausência, a Sociologia consegue de fato ser uma ciência que incomoda. Para desnudar os motivos de tal incômodo será resgatado como fonte de análise o clássico texto de Bourdieu, (Sociologia- uma ciência que incomoda) para que assim, seja possível entender como uma ciência tão nova, com períodos de ausência pode sofrer ataques diretos, visando sua destituição dos componentes curriculares.

Notoriamente, a Sociologia ainda está se firmando, sua trajetória não se encontra plenamente consolidada, e ela é marcada por retrocessos e recomeços que, demonstram que ainda há pela frente um longo caminho, um futuro cheio de incertezas.

Mesmo se tratando de um campo em construção ela carrega em seu bojo traços importantes como: a reflexividade, e a criticidade, que são elementos nucleares para a consolidação dos preceitos epistemológicos da Sociologia- a desnaturalização e o estranhamento dos fenômenos sociais.

Sendo a Sociologia uma ciência considera crítica é de se postular que a sua essência consiste justamente em desnaturalizar e estranhar os fenômenos e as relações sociais, sendo assim, fica evidenciada sua importância no que concerne à objetividade dos fatos, trazendo em seu escopo juízos de fato, em detrimento de juízos de valor.

Sinteticamente o objetivo que dá a tônica deste trabalho consiste em refletir o porquê que a Sociologia é tão incômoda, seus limites e possibilidades, e quais as previsibilidades futuras, se é que é possível sopesar sobre o que ela pode vir a ser.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SOCIOLOGIA**

Neste breve espaço o que se pretende é traçar um panorama histórico da Sociologia, e posteriormente, indicar as raízes que sustentam o percurso historiográfico em se tratando de Brasil. De início, se pretende indicar e esclarecer de que forma ocorreu o surgimento da Sociologia, a dinâmica existente e as relações que influenciam sua consolidação enquanto saber e disciplina escolar.

Para encetar as tessituras históricas é preciso compreender o pano de fundo que possibilitou o surgimento da Sociologia, e assim averiguar minimamente sua trajetória,

para tal, é cabível levantar o seguinte questionamento: o que possibilitou a formação da Sociologia, e de que forma ela pode contribuir para desvendar os fenômenos sociais?

Jinkings (2005, p. 4) afirma que Sociologia foi embalada pelos ares da primeira Revolução Industrial e da Revolução Francesa, momentos de levante da ciência e da racionalidade, o que possibilita o entendimento de que ela pode ser compreendida como “a forma de autoconsciência e de indagação científica da realidade social”, ou seja, a Sociologia em *status nascendi* é questionadora, crítica e reflexiva, e, portanto, transforma-se sempre “à medida que se modifica e se complexifica seu objeto, repensando teorias, conceitos e recursos metodológicos, sem perder a dimensão histórica dos fenômenos sociais” (JINKINGS, 2005, p. 4-5).

Para esta autora a Sociologia corresponde a uma área do conhecimento, no qual se teria como objeto as relações existentes na sociedade, as dinâmicas que a envolvem dando aportes necessários ao pensamento sociológico que: “guarda relação complexa com as condições de existência social e com os desafios e necessidades práticos dos seres humanos, em diferentes momentos de sua história” (JINKINGS, 2005, p. 4-5).

De fato a Sociologia é uma ciência complexa, por meio de suas análises e reflexões, se torna observável as “contradições, singularidades e universalidades constitutivas da realidade social” (JINKINGS, 2005, p. 5), que por sua vez tem uma relação direta e imbricativa com críticas e mudanças da realidade posta (JINKINGS, 2005).

A Sociologia não corresponde a um fim em si mesmo, por isso é de extrema importância considerar a objetividade<sup>2</sup> do conhecimento científico nas Ciências Sociais, para que seja possível desenvolver uma análise na qual o sujeito não interponha sua subjetividade a uma determinada questão, atentando-se aos juízos de fato, que são juízos descritivos, desprovidos de valores e preceitos morais, éticos, religiosos e de normas de conduta, fornecendo dados objetivos acerca da realidade e dos fenômenos sociais.

Observando o contexto histórico e formativo da Sociologia é notório que várias questões a rodeiam, ela é de fato, permeada por dilemas políticos, econômicos, culturais, que se alteram e se modificam de acordo com os avanços temporais e sociais.

No cenário brasileiro ela compunha um quadro em que era disponibilizada apenas no ensino secundarista, como uma disciplina implementada no que corresponderia, atualmente, ao Ensino Médio (antigo segundo grau).

---

<sup>2</sup> A objetividade é usada como elemento central a partir dos pressupostos Weberianos, que expressam a necessidade de que o conhecimento científico seja objetivo, devendo levar em conta juízos de fato, ao invés de juízos de valor. Para uma discussão mais pontual sobre a questão é recomendada a leitura de: A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. (Weber, Max) Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/351364/mod\\_resource/content/1/Weber%2C%20M.%20A%20objetividade%20do%20conhecimento%20nas%20ci%C3%AAncias%20sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/351364/mod_resource/content/1/Weber%2C%20M.%20A%20objetividade%20do%20conhecimento%20nas%20ci%C3%AAncias%20sociais.pdf).

Quando se tem o advento da República no governo de Floriano, Benjamim Constant, ao apresentar o Plano Nacional de Educação, impetra e prevê que esta seria uma disciplina ofertada em todas as escolas.

Com a proclamação da República no final do século XIX, se tem as primeiras tentativas de introdução da disciplina no Ensino Médio. Quanto ao período de institucionalização acadêmica da Sociologia; no Brasil este interstício temporal ocorreu na década de 1930, quando foi criada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933).

Ocorre ainda a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). “As tentativas, de relacionar o ensino e a pesquisa em Sociologia, ainda que limitadas e parciais em ambas as instituições, demarcam o início da chamada etapa da Sociologia Científica, a qual viria a ter seu apogeu em fins dos anos de 1950.” (LIEDKE FILHO, 2005, p. 382).

Como disciplina, a Sociologia teve um longo caminho até chegar de fato à sua consolidação, inicialmente foi implementada no Ensino Médio, que propendia de acordo com Meucci (2015) uma formação para etapas posterior, no caso, a formação para o Ensino Superior, no entanto, tratava-se uma formação livresca, mecânica, nos termos de Guerreiro Ramos uma formação enlatada, engessada.

Segundo Heloisa Fernandes (1994) o Ensino de Sociologia foi no princípio excludente, composto apenas por intelectuais, que viam na educação uma forma de ascensão ou manutenção da condição de sua classe social, a grande elite que compunha o momento enviava os filhos para estudarem fora do país, e os profissionais que faziam parte das primeiras universidades, em meados da década de 30 eram adeptos do positivismo, e de uma tradição catedrática.

Nesse sentido, Totti e Santos (2013, p. 4) acrescentam que Sociologia aplicada nos anos iniciais de sua introdução, tinha como foco e função principal a manutenção da ordem social, cunhando um desacerto que o definia como sendo “um ensino médio sem possibilidade de tornar-se um ‘instrumento consciente do progresso social’, isto é, incapaz de proporcionar uma ‘educação dinâmica’” (FERNANDES, 1955, p. 98).

Meucci (2015) em suas pesquisas observa que, de 1920 a meados de 1940 ocorre no ensino, e na Sociologia um processo de rotinização do conhecimento que de certa forma dá o impulso necessário à substanciação e à produção de manuais para Ensino de Sociologia. Contudo, esse movimento é interrompido em 1942, com reforma Capanema, mesmo assim, se manteve ávido o debate acerca da Sociologia, por meio da tese de livre docência de Costa Pinto<sup>3</sup> que, implicou um processo de resignificação do

<sup>3</sup> A tese do concurso de livre docência de Costa Pinto foi defendida no ano de 1947. E segundo a Doutora Patrícia de Souza Olsen (2011) ela foi publicada em formato de livro pela coleção Brasileira no ano de 1949. Alguns apontamentos sobre a tese de Costa Pinto estão disponíveis em: COSTA PINTO, L. A. O ensino da sociologia nas escolas secundárias brasileiras. In. **Sociologia: Revista didática e científica** v.9, n.4. São Paulo: 1949. p 287-331. Ou ainda indica-se como fonte de análise a tese de SOUZA, OLSEN Patrícia. **FAZER CIÊNCIA- FAZER HISTÓRIA: A sociologia da mudança social de Florestan Fernandes e de Costa**

Ensino de Sociologia, insurgindo novos padrões científicos que permitiram ir além da fase pré-científica.

No que diz respeito à presença da Sociologia no Brasil, ao longo dos anos e das reformas educacionais, é admissível situar quatro grandes momentos históricos, sendo os períodos mais relevantes de sua trajetória - a Reforma Benjamin Constant, a Reforma Rocha Vaz, a Reforma Francisco Campos, a Reforma Capanema, delimitando-se, por meio destas o período de Alijamento e o período de Reinserção.

É de valia considerar que a realidade da Sociologia ainda é pouco explorada, para Jinkimings (2004) apesar da Sociologia se constituir como disciplina científica e sua institucionalização datarem de meados da década de 20, o Ensino a Sociologia são marcados por períodos de intermitência/ausência.

Autores como Soares (2009), sintetizam a história da Sociologia, como disciplina escolar no nível médio brasileiro, em três períodos:

[...] (1891 a 1941) período de institucionalização da disciplina no ensino secundário; (1942 a 1981) o período marcado por sua ausência como disciplina obrigatória neste nível de ensino, e (1982 até os dias atuais) quando a Sociologia é re-inserida gradativamente no então 2º grau, atualmente ensino médio (SOARES, 2009, p. 67- 68).

No contexto brasileiro a Sociologia foi inserida no Ensino Médio ou Educação Secundária e somente depois, na educação superior. Esse movimento, de acordo com Soares (2009, p. 79), se deu de forma contrária a outros países “hispano-americanos”, onde o Ensino da Sociologia iniciou-se, em geral, nas faculdades e universidades.

No que concerne ao período de intermitência, a Sociologia deixa de ser obrigatória por um grande interstício temporal na Reforma Capanema. Soares (2009, p. 79-80) com base em informações extraídas nos textos de Bispo (2003), considera como marcos importantes de luta na trajetória da Sociologia no curso secundário, em especial, os anos de 1942 e 1982, sendo este primeiro, um período em que a Sociologia deixa de ser disciplina obrigatória, porém, não inoperante, já que, levanta-se a bandeira pela defesa do retorno da disciplina aos currículos das escolas secundárias por Antônio Cândido, no Simpósio “O Ensino de Sociologia e Etnologia”.

Outro ponto que merece destaque é o empenho de Florestan Fernandes, que resulta no ano de 1954, no *Primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia*, uma discussão que continua vívida até o presente, já que não foi possível responder aos pontos principais

---

**Pinto.** (Tese de Doutorado em Sociologia) Araraquara, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/10056>.

levantados, onde se busca apreender de forma significativa as possibilidades e limites da Sociologia no ensino secundário.

Subsequentemente se tem a aprovação da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases promulgada no país, mantendo a divisão do ensino secundário em dois ciclos estabelecida pela Reforma Capanema. Para Soares com a aprovação desta lei, se concretizaram os seguintes quadros:

[...] a publicação de “Os novos currículos para o ensino médio” em 1962 pelo Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação, onde constavam o conjunto das disciplinas obrigatórias, a lista das disciplinas complementares e um conjunto de sugestões de disciplinas optativas (a Sociologia não constava em nenhum dos três conjuntos); a Resolução nº 7, de 23 de dezembro de 1963 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, na qual, a Sociologia estaria presente como disciplina optativa nos cursos clássicos, científico e eclético; a Reforma Jarbas Passarinho de 1971 (Lei nº 5.692 de agosto) que torna obrigatória a profissionalização no ensino médio e retira a Sociologia como disciplina obrigatória do curso normal (SOARES, 2009, p. 79-80).

Outros momentos de intermitência ocorrem, principalmente, segundo Perucchi (2009) no regime ditatorial, para Luciane Perucchi (2009) a época em que o Brasil passou por uma ditadura, com o golpe militar de 1964, “ficava fortemente tolhido o pensamento crítico nas escolas” e a Sociologia “passava a ser considerada perigosa para a manutenção da ordem social” (PERUCCHI, 2009, p. 12).

Durante o período ditatorial a Sociologia foi retirada grade curricular, e como disciplinas obrigatórias Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) se tornaram um veículo de disseminação ideológica, voltadas à difusão dos valores e os interesses do regime.

Perucchi constata que, em virtude da censura deste período as Ciências Sociais e Humanas foram prejudicadas, um processo que, culminou no enfraquecimento de disciplinas científicas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia (PERUCCHI, 2009).

No entanto, afirma a autora, a História e a Geografia “foram incorporadas a um campo amplo de aplicabilidade que se chamou de Estudos Sociais, enquanto a Sociologia e a Filosofia foram suprimidas dos currículos” (PERUCCHI, 2009, p. 50).

No que diz respeito ao plano de retomada e ao período de (re) inserção da Sociologia, Soares (2009) verifica que esse momento se inicia em 1982 e está presente até os dias atuais, isso porque, os períodos de intermitência ainda continuam, sendo que a Sociologia se torna obrigatória apenas no ano de 2008, com a lei 11. 684, porém, ainda, sofre ataques diretos do governo de direita atualmente eleito.

Sobre o ano de 1982, muitas manifestações a respeito do retorno da Sociologia ocorreram, deve-se destacar o Projeto de Lei (nº 3.178-B, de 1997) tendo como autor o deputado Padre Roque Zimmerman, que em 2001, garantiria a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio e que já havia sido aprovado pela Câmara e pelo Senado (SOARES, 2009, p. 82).

Esta seria uma grande conquista, no entanto, o projeto foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que alegou o seguinte: “a proposta acarretaria ônus para os Estados na contratação de professores; e não haveria licenciados suficientes para atender às demandas das escolas, caso fosse aprovada” (SOARES, 2009, p. 82).

Somente em 8 de maio de 2008, o Senado aprova o projeto de lei da Câmara e “torna as disciplinas de Filosofia e Sociologia obrigatórias no Ensino Médio, tendo sido sancionada pelo então presidente da República em exercício, José Alencar, em 2 de junho do mesmo ano” (SOARES, 2009, p. 83).

Tendo brevemente esboçado o percurso histórico da Sociologia, cabe ainda reiterar que se trata de um campo em construção, que sofre inúmeros ataques, e que tem pela frente um cenário incerto e nebuloso, sendo sua trajetória marcada por períodos de intermitência/ ausência<sup>4</sup>.

Logo, não é possível prever o que vem pela frente, mas, é possível incidir que enquanto produtora de conhecimento, a Sociologia é uma ciência incômoda, justamente por desvendar as relações sociais e os fenômenos presente, sendo um campo de lutas, passível de transformações marcado pela resistência contra as imposições e ideologias.

#### **O SABER SOCIOLÓGICO- O ASPECTO EPISTEMOLÓGICO COMO FONTE DE DESNATURALIZAÇÃO E ESTRANHAMENTO.**

De todas as disciplinas presentes no Ensino Médio, a Sociologia possui uma função distinta que a difere das demais, pois possibilita aos alunos contato direto com a realidade social na qual ele se encontra inserido, para Saranday (2009, p. 6) ela é capaz de fornecer aos alunos uma formação crítica e analítica da realidade, pois a disciplina de “Sociologia contribui para a formação da pessoa humana por meio da negação do individualismo”.

Florestan Fernandes (1977). Já compreendia com profundidade os limites e também as possibilidades da Sociologia em formar os alunos para uma melhor

---

<sup>4</sup> Indica-se intermitência/ ausência, pois durante a reforma Capanema em meados de 1942, a Sociologia esteve fora dos currículos por mais de 40 anos, ou seja, esteve *ausente*. Já nos demais períodos, ela sofreu processos de intermitências. Analisando os fatos e datas, conclui-se então, que ela esteve mais ausente do que presente nos currículos e nos sistemas de ensino.

compreensão racional das relações entre os meios e os fins, observando e indo além da aparência dos fenômenos, buscando sua essência, ou como bem especifica Kosik (1995) trazendo-nos a totalidade concreta dos fatos e fenômenos que permeiam o tecido social.

Ao ponderar sobre a essência dos fenômenos é de valor entender que Sociologia, basicamente, “nasceu” juntamente com a modernidade (VANDENBERGUE, 2014). Sendo assim, não é uma grande surpresa que ela possua como traço comum no seu interior a reflexividade (EISENSTADT, 2001, GIDDENS, 2002).

Essa reflexividade é a base para se concretizar um projeto de ordem moral mais amplo que, abarca a autonomia, a capacidade do indivíduo de autogovernar-se partindo da razão, sendo este um projeto, no qual, o estranhamento e a desnaturalização pleiteados nas OCN (Orientações Curriculares Nacionais) tornam o Ensino de Sociologia funcional dentro do contexto educacional, proporcionando assim, uma reflexão em que os sujeitos se tornam agentes, usam sua força de potência para seu autogoverno.

Esse autogoverno está baseado na capacidade de refletir (EISENSTADT, 2001), uma vez que é a reflexão que permite que a existência da deliberação interna conduza o indivíduo até a escolha racional. Escolha que, de tão refletida, vai chegar aos valores universais, que independem de qualquer contexto social, histórico ou individual (JOVCHELOVITCH, 2011).

No que tange ao ensino-aprendizagem, a racionalidade e reflexividade são componentes indispensáveis para autogoverno, dois conceitos na Sociologia são imprescindíveis para operacionalização racional, sobre isso as Orientações Curriculares Nacionais afirmam que os conceitos (ou atitudes)- estranhamento e desnaturalização são centrais e devem ser operacionalizáveis nas aulas da disciplina:

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo (OCN, 2006, p. 107).

Desvendando a essência do conceito, autores como Davidov (2003) e Repkin (2009) consideram que, é possível chegar ao próprio irreduzível do conceito, no caso o irreduzível nas Ciências Sociais corresponde à desnaturalização e ao estranhamento dos fenômenos sociais. O estranhamento segundo entendimento das OCNS seria o ato de estranhar, de se espantar com os fenômenos. Esta é uma perspectiva antropológica,

diferente do estranhamento nos termos marxianos que corresponde a não identificação do sujeito com o produto de seu trabalho. O Conceito de estranhamento também é traduzido por Ranieri e apresentado ao leitor nos *Manuscrisos econômicos filosóficos* como *Entfremdung*<sup>5</sup>. Feito os devidos esclarecimentos, o estranhamento aqui é um quadro em que:

Diante de algo que não se tem conhecimento ou costume; pode-se alcançar o “estranho” ao perceber algo ou alguém de forma diferente do que se conhece, ao assombrar-se em função do desconhecimento de certos fatores, ao se sentir incomodado diante de um fato novo ou de uma nova realidade, ao não se conformar com algo ou com a situação em que se vive; ao não se acomodar (MORAES, 2010, p.10)

Ou seja, a função central, o núcleo do estranhamento consiste em mexer com as relações postas, está no ato de desacomodar. Cabe ao professor movimentar mecanismo que devem ser capazes de promover uma espécie de desarrollo, um desencaixe- que deve propiciar um novo encaixe, levando o aluno a compreender-se como sujeito inserido em uma realidade socialmente construída.

Sobre esse desencaixe Florestan Fernandes no Symposium sobre *o Ensino da Sociologia e Etnologia* descreve algumas funções da Sociologia, dentre essas funções cita: “munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social”; em segundo “estimular o espírito crítico e a vigilância intelectual”; por último “suavizar os conflitos entre os indivíduos”. (FERNANDES, 1977, p. 108).

Já o estranhamento tem suas bases na contestação, no questionamento das tradições previamente estipuladas, ele residiria justamente em questionar a tradição “para”, e a partir daí construir um conhecimento verdadeiramente moderno.

Caregnato e Lopes (2016, p. 61) corroboram que “se não experimentar a sensação de estranhamento, o aluno vai continuar “preso” às amarras da tradição. Assim, ele não consegue abandonar o argumento circular derivado por esse pensamento não questionador”, um pensamento que é não-reflexivo, e torna-se evidentemente heteronômico. Ou seja: o estranhamento é a razão de ser da disciplina e ajuda a curar o desvio emotivo/cultural. Outro conceito é o de desnaturalização Caregnato e Lopes (2016, p. 61), Já Moraes aponta que:

---

<sup>5</sup> Para desenvolver os conceitos de Alienação elemento positivo (*Enttäusserung*) e seus desdobramentos (alienação com relação ao processo de trabalho, alienação com relação ao produto do trabalho, alienação da com relação à natureza, alienação caráter genérico do homem, alienação de si) e estranhamento (*Entfremdung*) como face negativa da alienação toma-se por parâmetro as traduções adotada pelo professor Jesus Ranieri, que ao traduzir do Alemão para o Português os *Manuscrisos Econômicos Filosóficos* esclarece que é comum compreender “alienação como um estado marcado pela negatividade, situação essa que só pode ser corrigida pela oposição de um estado determinado pela positividade emancipadora, cuja dimensão seria, por sua vez, completamente compreendida a partir da suspensão do estágio alienado” (RANIERI, 2004, p. 15)

[É] comum ouvirmos no cotidiano da prática pedagógica a expressão: “Isso é natural”. Esta expressão aponta para a idéia de algo que sempre foi, é ou será da mesma forma, imutável na relação tempo e espaço. Em consequência, por exemplo, podemos nos deparar com uma situação assim: “É natural que exista a desigualdade social, é normal, afinal ela sempre existiu e sempre existirá. O mundo é assim mesmo”. Dessa forma, os indivíduos manifestam o entendimento de que os fenômenos sociais são de caráter natural, ou seja, não lhes é sabido que tais fenômenos são na verdade constituídos socialmente, isto é, historicamente produzidos e reproduzidos, resultado das relações sociais em suas mais diversas estruturas. A desnaturalização das concepções a respeito dos fenômenos sociais surge como um papel central do movimento do pensamento sociológico (MORAES, 2010, p. 46-47).

Em suma, o ideal consiste em fazer com que o estudante avance intelectualmente, tomando como base a conexão entre a representação e o mundo, nas palavras de Davidov (1999) uma situação de ensino deve problematizar as relações sociais, buscando criar uma necessidade para aquisição de um determinado conhecimento, segundo o autor essa necessidade é uma relação intersubjetiva com os objetos da cultura, que, estão fora do indivíduo, e a função social resultaria na apropriação das características de ordem intrapsíquicas.

Para Davidov (1999) o educador em suas aulas deve propor situações de estudo em que se crie uma necessidade para abordar/ desenvolver um tema, pesquisa ou conteúdo, essas as necessidades, correspondem a um estado de carência, e estas carências geram **motivos**, que correspondem à consciência do problema, fazendo o sujeito agir, englobando potencia de força e atuação, esta necessidade, por sua vez movimenta **ações**, que mobilizam elementos que dão suporte as **operações**<sup>6</sup> serem desenvolvidas.

Pode-se afirmar que, epistemologicamente e metodologicamente *A teoria da Atividade* é uma das formas de intermediar a relação entre saber científico e saber escolar, por intermédio dela é viável considerar que a desnaturalização se dê a partir da noção de construção social da realidade (BERGER e LUCKMAN, 2008) permitindo que se perceba a mão humana (LATOUR, 2008) por trás do estado das coisas.

O modo de educar na escola deveria partir da própria atividade como potencializadora das ações sociais coletivas, onde os contextos dos alunos, os saberes historicamente acumulados serviriam como pontes, e a partir disso, propor transformações. A respeito do conhecer, Spósito analisa de forma clara que:

Se as relações entre as formas de socialização se estruturam e produzem nova sensibilidade, é preciso considerar que a vida escolar exige um conhecimento mais denso dos sujeitos – nesse caso, adolescentes e jovens – que ultrapasse os limites de sua vida na instituição. Trata-se, desse modo, de aprofundar o conhecimento sobre as

<sup>6</sup> Grifos meus, para tornar mais evidente cada etapa da teoria da atividade desenvolvida por Davidov.

formas e os estilos de vida experimentados pelos jovens em suas várias práticas, para compreendê-los e, ao mesmo tempo, produzirmos referências que retomem em chave democrática a ação socializadora da escola, na especificidade de seus saberes e práticas. (SPÓSITO, 2004, p. 87).

Com apoio na citação de Sposito fica nítido que o ensino deve considerar os meios, as relações vivenciadas, isso implica diretamente em conceber o dinamismo, multiplicidade e o movimento contínuo de transformação, um processo que pode revelar inúmeras contradições no que diz respeito à realidade objetiva.

Essa multiplicidade indica que o saber sociológico, pode ser construído e consolidado na atividade, na interação e nas próprias contradições, isso a partir da sistematização teórica, prática e reflexiva que visa estranhar e desnaturalizar os fenômenos chegando a negação da negação, uma etapa que vai além do estranhamento.

#### **SOCIOLOGIA UMA CIÊNCIA INCÔMODA: CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU PAPEL E A UNIVERSIDADE NA ATUALIDADE.**

Para considerar porquê a Sociologia é uma ciência tão incômoda, que passa por tantos altos e baixos no que concerne sua intermitência é de valor pontuar que, no texto datado de 1904, de Weber sobre a “Objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais há um forte indício da fonte desse incômodo, primeiro por buscar a verdade objetiva dos fatos. Segundo- por ser uma ciência pautada em dados, que desvende o que há por trás dos fenômenos dentro de um constructo histórico, sendo que, cotidianamente o próprio termo objetividade precisa ser revisto, já que objetividade não é algo dado, e, portanto, conhecer o significado do termo passa pela especificidade do conhecimento científico.

É preciso de antemão conhecer e analisar a realidade concreta empírica; cabendo ao sociólogo pautar-se em juízos de fato, estudando-se o que “é” determinado fenômeno, ao invés de postular juízos de valor, onde o que se verificaria o que determinado fenômeno deveria “ser”, afirmando o posicionamento que os pesquisadores devem apoiar-se em dados e não em valores, nesse sentido o saber científico não visa inferência, e, logo a objetividade evoca avaliação do real, concreto, aplicação do método como forma de garantir a racionalidade do processo.

Além da racionalidade e do método, a Sociologia pode ser considerada uma ciência crítica, para Bourdieu (2000, p.14) talvez, por estar em uma posição crítica na qual “contesta-se não só a sua existência enquanto ciência, mas também a sua existência pura e simples. Neste momento, sobretudo, em que alguns tem infelizmente o poder de o conseguir, trabalham no sentido de sua destruição”.

Ainda de acordo com Bourdieu, uma das características da Sociologia e do trabalho do sociólogo se concentra na:

Particularidade de ter por objetos campos de luta: não só o campo das lutas de classe, mas o próprio campo das lutas científicas. E o sociólogo ocupa uma posição nessas lutas em primeiro lugar enquanto detentor de um certo capital, econômico e cultural, no campo das classe; em seguida enquanto investigador dotado de um certo capital específico no campo da produção cultural e, mais precisamente, no subcampo da sociologia. (BOURDIEU, 2000, p. 15).

Por ter a Sociologia como objeto o campo de lutas, e disputas seu posicionamento não deve implicar ou corresponder na imposição de sua subjetividade e seus juízos, sendo assim, retomar o pensamento de Weber se torna preciso, pois o autor considera que não há neutralidade plena, e cada sujeito têm valores imbuídos, e fazer ciência não deve corresponder ao uso desses valores, devendo, pois valer-se o indivíduo de ideias de valores, ao invés de juízos de valor.

Se por um lado não existe neutralidade, de outro, o conhecimento deve pautar-se na retomada constante da objetividade, Santos e Casali (2009), informam que a transmissão do conhecimento social não é dotada de neutralidade, e na atual conjuntura o currículo estabelecido é permeado por relações de poder:

Expressando o equilíbrio de forças e interesses que regem o sistema de educação em um determinado período histórico, “tendo em seu conteúdo e formas a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico” (SANTOS, CASALI, 2009, p. 211).

Sendo a Sociologia um ponto de equilíbrio, busca por verdade, ela é uma ciência particularmente incômoda, pois constantemente questiona as outras ciências, e é inquietante por revelar coisas escondidas, com as quais muitas vezes o sujeito não quer se confrontar. Para Bourdieu sociologia verifica “verdades que os tecnocratas, os epistemocratas - quer dizer bom número dos que lêem a sociologia e dos que a financiam – não gostam de ouvir” (BOURDIEU, 2000, p.23).

Factualmente a Sociologia, tal como as outras ciências, não se exime da neutralidade, porém Bourdieu desta que “[...] não haveria muitas verdades científicas se tivéssemos de condenar esta ou aquela descoberta a pretexto das intenções ou os procedimentos dos seus autores não terem sido lá muito puros” (BOURDIEU, 2000, p.16) e em relação à Sociologia ele afirma: “Se o sociólogo consegue produzir um pouco que seja de verdade, [...], tem interesse nisso – o que é muito exactamente o inverso do discurso um tanto estupidificante sobre a neutralidade.” (BOURDIEU, 2000, p.14).

Tendo a perceptibilidade de que a Sociologia está inserida em um campo de disputas que, muitas vezes são antagonicas, é que na atual conjuntura ela passa a ser vista como a grande vilã, a disciplina que tende a *doutrinar* os alunos, atribuindo um caráter “ideológico”<sup>7</sup>, o que segundo Marx é um grande problema já que diferentemente do que se preconiza, a ideologia não deve ser meneada pelo absolutismo de ordem política, na qual o educador impõe se ponto de vista sobre os demais, exercendo poder coercitivo. O próprio Marx adverte que:

“A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrario: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens agrupados em classes sociais estabelecem entre si. Não são, portanto a idéia absoluta, o espírito, a consciência crítica, os conceitos de liberdade e justiça, que movem e transformam as sociedades. Os fatores dinâmicos das transações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais” ( MARX, 1996, p. 11-12).

Nessa dinâmica engessada que preconiza a Sociologia como disseminadora de ideologia, a Educação Básica não é a única que sofre com os ímpetos e a violência simbólica de políticas que visam otimização de custos e recursos. A esfera superior, mais, especificamente, a Universidade Pública se encontra “no olho do furacão”, sofrendo ataques constantes. Florestan Fernandes evidencia que esta condição é parte de um dilema político que compõe os quadros da realidade socioeducacional brasileira, sendo que, o ensino para se converter em fator de desenvolvimento social exige que todo sistema passe por uma reorganização.

Muito tem se discutido sobre a possível retirada da disciplina do currículo, isso ocasionaria uma perda incomensurável em termos de pensamento crítico e reflexivo, no atual cenário, a disciplina junto aos seus conteúdos, conceitos podem contribuir para reflexão e problematização da atual crise política, social e econômica que circunda nosso país.

Mesmo se tratando de uma ciência nova, a Sociologia em muito contribui para desvendar os fenômenos sociais, as relações de poder existentes, sua consolidação ainda é uma meta a ser alcançada, não é possível prever os rumos e os caminhos que

---

<sup>7</sup> Nesse ponto que vai dá discussão da objetividade em Weber, ao conceito de ideologia em Marx, cabem as contribuições de Michael Lowy em: *Ideologias e Ciência Social*, e para completar *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchausen*. Vale pontuar que: Ideologia foi empregada por Marx como falsa consciência e posteriormente como visão social de mundo tal qual proposto por Karl Manheinn em *Ideologia e utopia*.

serão tomados, de fato o que se tem pela frente é um futuro incerto, que demandará resistência e muita luta, o que corresponde a uma árdua empreitada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ter uma resposta pronta para as indagações iniciais a pretensão deste texto foi a de refletir sobre os limites e possibilidade da Sociologia, evidenciando porquê se trata uma ciência incômoda que, na atualidade está sendo alvo de investidas diretas, o que nos permite constatar que o futuro da disciplina é ainda incerto, pois um quadro nebuloso se desenha frente aos nossos olhos.

Foi feito um panorama histórico, considerando os principais momentos que compuseram a construção da Sociologia como uma ciência e respectivamente uma disciplina presente no currículo escolar.

O que se objetivou ainda foi considerar que, com a Teoria da Atividade desenvolvida por Davidov (1999) é possível consolidar saberes por meio de um olhar sociológico, no qual a essência da sociologia, ou como aceita Repkin seu irredutível seria a desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais.

A título de conclusão foi considerado que a Universidade Pública e a Sociologia, na atual conjuntura, se encontram no olho do furacão por ter essa perspectiva crítica, reflexiva, muitas vezes nos discursos conservadores ela vem sendo vista como uma ameaça a ordem, por supostamente disseminar ideologias, o que é falácia, já que o próprio Marx considera a ideologia, com uma falsa consciência da realidade.

Por fim, cabe-nos acompanhar os desdobramentos futuros, lutando para que a Sociologia se firme, se legitime, consolidando-se como elemento presente, oferecendo uma formação que negue a condição de exploração, desnaturalizando os fenômenos sociais e as imposições do sistema do capital.

## REFERÊNCIAS

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Disponível em: [https://monoskop.org/images/e/e8/Bourdieu\\_Pierre\\_Questões\\_de\\_Sociologia\\_2003.pdf](https://monoskop.org/images/e/e8/Bourdieu_Pierre_Questões_de_Sociologia_2003.pdf). Acesso em: 31 de out de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 11.684*, de 2 de junho de 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb04\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb04_06.pdf). Acesso em: 17 de maio de 2019.

CAREGNATO, Elizabete Célia; LOPES Ricardo Cortez. O estranhamento e a desnaturalização por dentro: da educação autônoma para educação autêntica. *Movimentação*, Dourados, v. 3, nº. 5, p. 56-74, 2016 Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>.

DAVIDOV, Vasili V. *O que é atividade de estudo?* Revista «Escola inicial» nº 7, ano 1.999.

EISENSTADT, Shmuel N. 2001. Modernidades múltiplas. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 35, p. 139-163.

FERNANDES, Florestan. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. In: I *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1954, São Paulo. Anais, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, pp. 89-106.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Zahar, 2002 JAPIASSU, Hilton. Ciência e destino humano. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Produção e desregulamentação na Indústria têxtil e de Confeções. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

KOSI Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969.

LATOUR, Bruno. *O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?*. Horizontes antropológicos, v. 14, n. 29, pp. 111-150, 2008

LOPES, Mariana de Oliveira. A análise crítica das relações sociais capitalistas e o papel do estado: as contribuições de Karl Marx In: *Políticas e práticas educacionais: LENPES e novos talentos ciências humanas / organizadores: Angélica Lyra de Araújo...[et al.]*. – Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2015.

MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. *Cadernos Pagu* [online]. 2008, n.30, p. 345-372. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332008000100018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332008000100018&script=sci_arttext). Acesso em: 15/10/ 2019.

MARX, Karl. *Manuscrito Econômico-Filosóficos*. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 12 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.2, n.3, p. 209-232, jan./jun., 2014.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 51, N. 3, p. 251-260, setembro/dezembro 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa*. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORAES, Amaury César. Sociologia no Ensino Médio: o estranhamento e a desnaturalização dos fenômenos sociais na prática pedagógica. In: MORAES, Amaury César. Coleção Explorando o Ensino – *Sociologia : ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica*, 2010. Disponível em: <https://escsunicamp.wordpress.com/author/lavorinimoretti/>.

*ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO*. Ciências humanas e suas tecnologias. Volume 3. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: 2006.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RUCCHI, Luciane. *Saberes Sociológicos nas escolas de nível médio sob a Ditadura Militar: os livros didáticos de OSPB – Organização Social e Política do Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Karin Santana; TOTTI Marcelo Augusto. “Precarização, desindustrialização e desmonte do ensino público: uma análise das transformações do mundo do trabalho e a reforma do ensino médio”. disponível em: *XVIII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais* - UNESP Araraquara, 2019.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio. In: SARANDY, Flávio Marcos Silva (org.). *Sociologia e Ensino em Debate: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004

SOUZA, Charles Toniolo de. *O acesso à escola pública, gratuita e universal no capitalismo*. Disponível em < [http://www.faced.ufba.br/~dept02/repege/revista\\_repege/escol\\_capitalista2.htm](http://www.faced.ufba.br/~dept02/repege/revista_repege/escol_capitalista2.htm)> acesso em: Out de 2008.

SPOSITO, Maria Pontes. Desencontros entre jovens e a escola. IN: FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, Maria (orgs.). *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

VANDENBERGHE, Frédéric. *A Sociologia como uma Filosofia Prática e Moral (e vice versa)*. Sociologias, Porto Alegre, v. 17, n. 39, 2015.